

COLONIZAÇÃO E LUTA POR DESCOLONIZAÇÃO: ENTENDENDO A GEOGRAFIA HISTÓRICA DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES LATINO-AMERICANOS

COLONIZATION AND STRUGGLE FOR DECOLONIZATION: understanding the Historical Geography of Latin American Peasant Territories

Gustavo Felipe Olesko¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma revisão histórica e geográfica da problemática da colonização e a consequente luta por descolonização nos territórios camponeses latino-americanos. Para tanto, é necessário uma compreensão inicial quanto à permanência do processo colonizador no campo do continente mesmo após as independências ainda no século XIX. O recorte espacial compreendido se dá a partir dos territórios camponeses, buscando assim analisar o embate entre as ações de colonização destes, ocorridas no seio do neoextrativismo de produtos primários realizado por grandes capitais transnacionais, e, em contraponto, trazendo o exemplo de resistência e embate por descolonização por parte do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) argentino. Para a efetivação dessa análise, se toma por base duas importantes reflexões: a primeira é a compreensão do que é território, adotando o pensamento do filósofo Henri Lefebvre como pilar; e, a segunda, busca apresentar o conceito de acumulação original de capital, o qual serve para explicar a lógica, a motivação e o procedimento de expansão deste mesmo capital nos territórios camponeses. Utiliza-se como base uma vasta revisão bibliográfica, trazendo uma ampla gama de autores, ainda que de um mesmo ponto de vista paradigmático; e, por fim, apresenta-se o exemplo de luta camponesa a partir de documentos e redes sociais do MNCI.

Palavras-Chave: Campesinato, Território, América Latina

¹ É Doutor em Geografia Humana pela USP, membro do Laboratório de Geografia Agrária DG/FFLCH/USP, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3745-0876>

ABSTRACT

This article aims to present a historical and geographical review of the issue of colonization and its consequent struggle for decolonization in Latin American peasant territories. To achieve this goal, it is necessary to initially understand the persistence of the colonization process in the continent's rural areas even after the independence movements of the 19th century, in order to demonstrate the ongoing nature of colonization. The spatial focus of this review lies on peasant territories, aiming to analyze the conflict between colonization efforts within the context of neo-extractivism of primary products carried out by large transnational capital, while contrasting this with the example of resistance and subsequent struggle for decolonization by the Argentine National Peasant Indigenous Movement (MNCI). This analysis is based on two key conceptual frameworks: firstly, an understanding of the concept of territory, drawing on the philosophical work of Henri Lefebvre, and secondly, the presentation of the concept of original accumulation of capital, which serves to explain the logic, motivation, and procedures of capital expansion within peasant territories. A broad bibliographic review is conducted, encompassing a diverse range of authors, albeit from a similar paradigmatic perspective. Finally, the article illustrates the peasant struggle through documents and social networks associated with the MNCI.

Keywords: Peasantry, Territory, Latin America

Introdução

O campesinato latino está em constante luta frente aos grandes proprietários fundiários e aos capitalistas, sejam estes antagonistas aliados de classe ou fundidos em somente um sujeito. Tal embate se dá e se deu ao longo do tempo e dos territórios, sendo uma batalha constante contra uma colonização indireta, a qual se seguiu após os processos de independência ocorridos no continente ainda no século XIX. Colonização realizada por agentes estrangeiros via inversão de capital ou via colonização interna, realizada pela própria elite nacional, sujeita a interesses internacionais. Primeiramente, com a construção de boa parte da infraestrutura para produção e escoamento dos cultivos da monocultura latifundiária do continente, através de inversões diretas nos territórios do continente – como as ferrovias,

portos e telégrafos – ainda no referido século; posteriormente, já no século XX, ampliando os investimentos, agora também em energia e insumos, dominando, portanto, toda a circulação produtiva (CHONCHOL, 1994).

O que aparenta ser resquício de um passado colonial é, portanto, processo permanente de espoliação da renda da terra. Mondragón (2012) apresenta que, na atualidade, as grandes transnacionais entendem o mundo rural a partir somente do viés do investimento, ignorando os camponeses e camponesas que ali constroem seus territórios e se reproduzem como classe e como modo de vida, usando de todo um aparato de violência, leis e ameaças:

O grande agronegócio e os megaprojetos que concentram investimentos especialmente nas obras de infraestrutura, como represas hidrelétricas, interconexão elétrica internacional, rodovias ou canais, portos e aeroportos e grandes minas ou explorações petrolíferas, são planejadas e executadas [sic] atualmente dentro da visão de imposição de interesses e valores externos às comunidades locais, uma visão essencialmente etnocentrista e colonizadora de espoliação. Para as comunidades isso significa um alto grau de desterritorialização, provocando frequentemente deslocamentos forçados seja por vias econômicas e jurídicas, seja mediante a violência aberta e ilegal. (MONDRAGÓN, 2012, p.7).

É a violência em suas diversas formas que produz, então, um processo contínuo de colonização dos territórios de vida e de trabalho do campesinato latino. Podemos trabalhar com a noção clara de que o grande latifúndio baseado no monocultivo e os megaempreendimentos mineradores são duas ferramentas das quais o capital se utiliza para seguir o processo colonizador, e que tem um procedimento igualmente dual como Oliveira (2005; 2012) estabeleceu: primeiramente, via monopolização do território, no qual o capital subordina as relações camponesas, mantendo, criando ou recriando relações camponesas de produção para destas extrair seus produtos a custo baixo devido, justamente, ao modo de vida camponês funcionar através de lógicas não capitalistas de produção, ou seja, via trabalho familiar, e não por meio do assalariamento. É o caso de parte do

gado de corte argentino, da avicultura no sul do Brasil, do milho no México ou de parte do café colombiano, ou mediante a produção de alimento (ou seja, não de commodities, na maior parte do continente). A segunda forma se dá pela territorialização dos monopólios, processo mais violento e “cru”, no qual a terra é transformada em propriedade privada no sentido mais puro (meio de produção), convertida em equivalente de mercadoria², servindo somente para a extração de renda, seja via mineração, seja via monocultivos para exportação.

Portanto, o movimento de subordinação da renda da terra latino-americana está de maneira direta ou indireta conectado aos interesses do capital estrangeiro, cabendo ao capital nacional papel secundário, de mero produtor de *commodities*, as quais são produzidas direta ou indiretamente através de formas coloniais. Todavia, aqui há uma diferença importante: as duas classes presentes na produção de renda da terra, o campesinato e a classe dos grandes proprietários (MARX, 2017), agem de modo distinto a essa sujeição, sendo a primeira uma classe em luta constante pela emancipação, enquanto a segunda é uma classe que age como agente associado menor na engrenagem do modo de produção capitalista globalizado.

Sendo assim, buscaremos aqui entender o funcionamento da resistência frente a esse processo de colonização permanente, focando na resistência camponesa latino-americana, trazendo como elementos para a análise os casos das maiores economias da América do Sul, Argentina e Brasil, frente ao processo de subordinação, sujeição e espoliação de suas terras e/ou sua renda.

A América Latina é um continente que tem semelhanças internas tanto em sua história de exploração e saque por parte do capital, como em suas resistências camponesas. Teubal (2008, p. 139) nos ensina que a globalização resultou, no continente, em um sistema de agronegócios que tem muita relevância. Juntamente com esta importância, ainda segundo o autor, criou-se o mito de que o problema da agricultura camponesa era sua falta de valor agregado, e de que só a agroindústria faria esse campesinato sair da situação de pobreza em que se encontrava. É então a globalização que

2 Equivalente de mercadoria e não mercadoria simples, pois como Polanyi (2021) trata, a partir de Marx (2011), terra não produz lucro, mas sim renda, ou seja, equivalente de dinheiro pelo fato de seu monopólio e não lucro, como é o caso da mercadoria produzida.

impulsiona os produtores capitalistas e a formação de grandes complexos agroindustriais (p.140). Defendemos que assim como a globalização criou este “inimigo comum” aos camponeses latinos, foi a luta mais intensa contra ela que forjou uma classe camponesa mais interligada em escala continental e que produziu, portando, a resistência a este processo de colonização.

Produção do Território como lógica do modo de produção capitalista

A lógica de expansão do modo de produção capitalista no mundo se dá de diversas formas, via coerção, submissão, violência direta ou indireta, sujeição, ou ainda por meios meramente sugestivos, nos quais os objetos e grupos sociais se submetem por conta própria à lógica de reprodução e produção do capital. Contudo, há uma forma “dura”, que foi o mote principal dos países centrais no passado recente do modo de produção capitalista: o Imperialismo via colonização. O objetivo primário era garantir recursos naturais, mercados e mão-de-obra para o desenvolvimento das forças produtivas na metrópole, impedindo os concorrentes de obter tais necessidades para si mesmos. A disputa era, e ainda é, portanto, por territórios, porém, o que vem a ser o território?

As Ciências Humanas em geral tratam território como um dado concreto, utilizando diversas vezes o conceito como sinônimo de espaço, paisagem ou recursos naturais, cometendo então um erro crasso. Antropologia e Geografia são aquelas ciências que melhor trabalham com tal noção, sendo para ambas o território um conceito central para o próprio entendimento desses saberes como institucionalizados enquanto ciências, na acepção moderna do termo.

Trabalhando com a Geografia, buscaremos aqui apresentar o território como chave do entendimento do processo de colonização e posterior luta por descolonização, tendo como norte os escritos de Henri Lefebvre e de outros que seguiram, não sem crítica ou desenvolvimento posterior, suas colocações.

De início, território tem em seu cerne uma relação tripartite que advém de sua própria etimologia: *terroir* (solo), *territoire e terre* (terra). Lefebvre constrói uma conexão entre os dois primeiros, entendendo que o território é a junção de um solo com características que lhe dão singularidade, tendo também uma terra, a qual abarca, portanto, mais do que a superfície (esta restrita ao solo), mas também os elementos do subsolo, os quais em conjunto, dominados e delimitados por algum elemento vêm a ser tornar o território (LEFEBRE, 1991).

Lefebvre, dessa forma, utiliza a fórmula trinitária de Marx (2017) de terra – capital – trabalho para desenvolver sua teoria acerca do território. Não se resume o entendimento do capitalismo somente na relação capital – trabalho, mas é indispensável pensar também no território, pois é o domínio deste, seguido de sua exploração, que possibilita a criação e a expansão do capital. Partindo de Lefebvre, Quaini (1992) apresenta que esse território não é somente o palco onde se dão as lutas, a sociedade se constrói e a história acontece, mas sim que ele é socialmente e historicamente produzido. Ou seja, é um produto histórico, social, é a síntese contraditória do próprio desenvolvimento do modo de produção e então, é um produto das lutas de classes. É produto da luta de classes, ainda que o território possua elementos naturais, mas que ganham diferentes conotações dependendo da classe que a domina: por exemplo, para o campesinato latino americano, seus territórios são locais de vida, cultura, trabalho, sociabilidade, já para os grandes latifundiários é mero espaço de extração de renda da terra.

Em suma, Raffestin (1993) apresenta o território como produto dos atores sociais em conflito. Ele é construído pelas classes que nele se reproduzem e se constroem, mas também constrói as classes, de maneira dialética, uma vez que há uma luta para ele dominar. Cabe ainda um alerta: os aspectos territoriais não se resumem a seu aspecto natural, pois isso é somente la terre ou le terroir, território é o domínio desses elementos com a construção de elementos sociais, culturais, históricos e econômicos, os quais estão em disputa constante, sendo dominados inexoravelmente por uma classe ou outra, por um país ou outro; dessa forma, quem o domina o constrói de acordo com seus interesses.

Sendo assim, os processos de colonização se deram por e a partir de certos territórios ao por toda a extensão do globo. Se no século XIX as colônias latino-americanas vão obtendo suas independências jurídicas, o processo de colonização dos territórios permanece pouco alterado: a relação entre os Estados permanece desigual, sendo o continente de maneira geral ainda dominado por grandes capitais estrangeiros, especialmente ingleses, os quais deixam para a classe dominante local, os latifundiários, a exploração inicial do território, cabendo todo o restante da estrutura de exploração a este capital advindo da Europa. Isso resulta, no continente latino-americano, naquilo que Chonchol (1994, p. 115) definiu como a construção de um Estado Oligárquico. Tal modelo de Estado era pautado no domínio do latifúndio sobre os territórios, construindo ali paisagens de monocultivo, com mão-de-obra escravizada e/ou super-explorada, com cultivos de commodities voltadas para a exportação, encravados na terra via propriedades com extensões imensas. No poder, essa elite (burguesa nacional) buscou travar qualquer processo industrializante interno e impedir a divisão de suas terras através de uma reforma agrária. Citamos o autor:

En el desarrollo de las nuevas haciendas o latifundios se combinan aspectos tradicionales y modernos. El aspecto tradicional es el de la reproducción de mecanismos coloniales de apropiación de los recursos naturales y de aplicación de un poder coercitivo sobre la mano de obra. El aspecto moderno es el de la gestión de unidades productivas orientadas a obtener el máximo posible de productos susceptibles de ser comercializados, sin que esto altere el equilibrio interno de las explotaciones: serviles o semiserviles de producción. [...] Esta expansión considerable del latifundio en manos de la oligarquía, que se orienta cada vez más al mercado exterior, aparece ligada con un segundo fenómeno que se inicia intensivamente en estos años, en especial a partir de 1860: la penetración del capital inglés. (CHONCHOL, 1994, p. 118).

Isso resultou numa aliança de classe em escala global: o domínio da agropecuária e da mineração por parte da elite oligárquica latino-americana associado ao comércio e às finanças nas mãos da burguesia europeia, especialmente a inglesa. O domínio dos territórios sempre se dá por meio

de relações de poder (SOUZA, 1995, p.78), neste caso, essas relações eram totalmente desequilibradas, nas quais as oligarquias possuíam o poder monetário e político para servirem de instrumento do capital inglês na exploração do continente, destruindo assim territórios camponeses e indígenas. É importante saber como tal aliança na destruição dos territórios se faz importante para o modo capitalista de produção.

Sobre a assim chamada acumulação primitiva (originária) de capitais: o mecanismo de funcionamento do capital

Colonialismo e escravismo eram pilares essenciais para o desenvolvimento do capitalismo europeu. Eram indispensáveis, pois eram as bases da acumulação originária de capital, imprescindível para o modo de produção capitalista. São, por conseguinte, o colonialismo moderno, a escravidão moderna e a expropriação do campesinato (europeu e estadunidense no caso, ainda entre os séculos XVII e XIX) de suas terras os motores da acumulação originária de capital, ou seja, são estes os elementos que possibilitam o próprio capitalismo de existir e se expandir de maneira avassaladora após a Revolução Industrial.

Tal processo é ainda vigoroso na América Latina, e suas origens estão imbricadas no próprio processo de colonização – escravização – exploração. Luxemburgo (1985) foi quem melhor conseguiu exprimir as motivações econômicas para isso:

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhum outro. **Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se.** Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. Ele oferece o exemplo de uma contradição histórica viva. Seu movimento de acumulação

é a expressão, a solução progressiva e a intensificação dessa contradição. (LUXEMBURGO, 2985, p. 411-412, negrito nosso).

Ou seja, o capitalismo possui um movimento que lhe é inerente e que é contraditório: ao mesmo tempo que necessita de outros modelos de produção que não são capitalistas no sentido econômico mais estrito, ele também destrói tais formas econômicas distintas. Indo ao caso latino, o modo de produção tanto utilizou da forma econômica mesoamericana, como também a destruiu e ainda a destrói, mas também criou nos territórios por ele ocupados formas de trabalho nas quais a mão-de-obra era a do escravizado e o foco era a extração de renda e não de lucro.

O processo acima elencado é o procedimento de acumulação original de capital em curso. Baseados no já famoso capítulo XIV de O Capital de Marx, intitulado “A assim chamada Acumulação Primitiva”, diversos estudos foram realizados acerca do tema, os quais nos servem de ancoradouro na defesa de que este processo de acumulação é, na realidade, permanente, vigente em toda a história do modo de produção capitalista. E este processo está em voga hoje com força ainda maior do que antes, se tornando a força motriz desse modo de produção.

Foi Marx quem abordou essa temática de maneira crítica no seu *Esboços da Crítica da Economia Política*, os *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, de 1857-1858. Nesta obra, que constitui a semente da futura obra O Capital, lançado em 1867, se tem a primeira passagem daquilo que posteriormente seria melhor trabalhado acerca da acumulação originária de capital:

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho. O trabalho, posto como o não *capital* enquanto tal, é: 1) *trabalho não objetivado, concebido negativamente* (no entanto objetivo; o próprio não objetivo em forma objetiva). Enquanto tal, o trabalho é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto bruto: trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como *abstração* desses momentos de sua real efetividade (igualmente não valor): esse completo desnudamento do

trabalho, existência puramente subjetiva, desprovida de toda objetividade. O trabalho como *pobreza absoluta*: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva. Ou ainda, como o não *valor* existente e por conseguinte, valor de uso puramente objetivo, existindo sem mediação, tal objetividade só pode ser uma objetividade não separada da pessoa: apenas uma objetividade coincidente com sua imediata corporalidade. Como é puramente imediata, a objetividade é, de maneira igualmente imediata, não objetividade. Em outras palavras: não é uma objetividade situada fora da existência imediata do próprio indivíduo. 2) *Trabalho não objetivado*, não valor, concebido *positivamente*, ou negatividade referida a si mesma, ele é a existência não *objetivada*, logo, não objetiva, i.e., a existência subjetiva do próprio trabalho. O trabalho não como objeto, mas como atividade; não como *valor* ele mesmo, mas como a *fonte viva* do valor. A riqueza universal, perante o capital, no qual ela existe de forma objetiva como realidade, como *possibilidade universal* do capital, possibilidade que se afirma enquanto tal na ação. (MARX, 2011, p. 229-230).

Marx aqui traça a linha de raciocínio de que é na separação entre os trabalhadores e seus meios de produção que se constrói a troca, a relação entre capital e trabalho. É na separação que se aliena o trabalho. Tal fratura produz a contradição na qual o trabalho, enquanto objeto, representa a pobreza, ou seja, aqueles que trabalham estão destinados à pobreza, enquanto o trabalho em si oferece a possibilidade de riqueza para aqueles que o acumulam, ou seja, acumulam capital e, logo, riqueza. Marx grifa que isso só é possível através da alienação do trabalho, em que o trabalho é construído como algo estranho ao trabalhador. Essa alienação é alcançada pela separação do trabalhador de seus meios de produção e, consequentemente, do produto de seu próprio trabalho. Tal ponto é significativo na expansão do capital sobre as colônias, uma vez que há ali uma destruição das relações pretéritas de trabalho na terra e na construção dos territórios. O mesmo se dá com a separação brutal dos escravizados de seus meios de produção, transformando-os em mercadoria, um capital acumulado em uma forma viva.

Problema importante trabalhado aqui por Marx é a mudança na centralidade do valor de uso para o valor de troca. Ensina-nos o pensador

que é na esfera da circulação que o valor de troca é formalmente atribuído à mercadoria, e é nesse processo que o valor de uso se transforma formalmente em valor de troca, contribuindo assim para a formação do capital, como é o caso da renda da terra das colônias. Trazendo para a realidade concreta: a renda da terra se transmuta em capital na circulação que é, seja no século XIX, XX ou XXI, dominada no continente latino-americano por capitais estrangeiros.

É muito conhecido o capítulo XIV de *O Capital* (MARX, 2014) no qual se constrói a explanação de como a separação entre os trabalhadores e camponeses de suas terras produziu o capital necessário para o posterior desenvolvimento da indústria inglesa, e, dessa forma, o capitalismo como modo de produção dominante em escala global. Porém, há uma má interpretação dos escritos de Marx, erroneamente indicando que tal processo foi pretérito, realizado somente como motor de arranque do capitalismo e que ocorreu somente dentro das ilhas britânicas. Ao contrário, tal processo é contínuo e tem diversas facetas:

A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (MARX, 2014, p. 821, grifo e sublinhado nosso).

Nos *Cuadernos de Londres nºXIV, 1851* (MARX, 2019), um compilado de escritos do autor sobre as colônias, a questão da acumulação surge diversas vezes ao longo de toda a obra. Destaca-se, porém, que a “má sorte” da colônia era esta se mostrar com uma terra fértil, com abundância de trabalhadores (escravizados nativos ou sequestrados de África) e produção de cultivos não existentes ou reproduzíveis na Europa (MARX, 2019,

p. 147). Cita o autor que, nas colônias, existia uma constância de acumulação exacerbada – desperdício – pânico – crise, retornando ao ponto inicial da acumulação. Acumulação através da violência e uso desenfreado do solo e da natureza. Tal processo gerava uma fartura de renda, a qual produzia o desperdício, por fim, levando à crise, em um ciclo dialético de acumulação. Destacamos ainda que, novamente, o bônus fica nas mãos da burguesia estrangeira – inicialmente, inglesa; posteriormente, estadunidense – e os ônus da exploração ficam nas mãos na elite local (no aspecto monetário) e dos camponeses, indígenas, escravizados da colônia os quais se tornarão ainda mais explorados para compensar as perdas e reviver o ciclo acumulativo. Essa lógica segue até os tempos atuais, e cabe analisar como ela acontece no continente latino americano.

América Latina: O gérmen dos agronegócios e a colonização dos territórios

Na América latina, a classe camponesa se constrói muitas vezes através de seus problemas em comum, questões as quais estão ligadas, especialmente, ao uso da terra como negócio, como mercadoria pelo capital. A renda da terra funda-se, para Marx (2017) a partir do momento em que uma classe, a dos proprietários fundiários, precifica seu monopólio sobre a terra para dela usufruir renda. É neste monopólio que se apoia a exploração do campesinato no continente de maneira generalizada. Martins (2015, p. 141) mostra que em terras brasileiras, e acrescentamos latinas, o trabalho do colono se tornou condição para o acesso à terra. Sendo assim:

Em vez de a terra se tornar livre, tornou-se [a terra] renda capitalizada nas mãos do fazendeiro capitalista. Em vez de separar-se do capital, como condição da exploração do trabalho alheio, do trabalhador, no processo de reprodução do capital, a terra se tornou condição da exploração que se realizava na acumulação de capital. **Como se houvesse uma acumulação primitiva na própria acumulação capitalista.** O colono teria que percorrer o caminho da sujeição à propriedade ao longo do tempo, para inverter o processo e tornar-se proprietário,

convertendo, ao mesmo tempo, a renda territorial capitalizada em capital do fazendeiro, uma segunda forma de exploração[...]. (MARTINS, 2015, p. 141, negrito nosso/do autor).

Tal processo, em relação ao colono, é mais sentido nos países onde a vinda de imigrantes pobres e sem-terra da Europa foram mais significativos, como é o caso de Argentina, Brasil e Uruguai. Contudo, esse procedimento se deu na América Latina ao longo de sua história a partir da colonização e a consequente destruição das sociedades existentes anteriormente no continente. O saque das sociedades americanas pretéritas ao colonizador, seguido de um bloqueio ao acesso à terra para um possível campesinato, nativo ou não, e da expulsão dos *campesíndios*³ existentes, é a força motriz do desenvolvimento do capitalismo na região.

Uma vez que o modo de produção capitalista depende da reprodução ampliada de capitais, mas necessita de fatores que lhe são externos para produzir o mesmo capital, a dependência da renda é, neste caso, indispensável. É um capital que não se torna meramente especulativo, mas sim rentista para poder produzir capital na circulação. Esse movimento é gerador constante de conflitos por terra.

Tais conflitos, produzidos no período colonial, com particularidades ao longo dos territórios e dos países (MOTTA, 2012), tiveram, porém, uma expansão após as independências, as quais acabaram por forjar o Estado Oligárquico que Chonchol (1994) analisa. Contudo, a pergunta é como tal procedimento se inicia e em cima do que ele surge. Logo, a destruição do direito costumeiro e a imposição de leis governamentais que vão implementar à força a terra como centralidade de poder se fizeram necessárias:

A defesa de um costume de posse comum que se perdia no processo de individualização da propriedade agrária era o resultado de uma luta posteriormente perdida pelos camponeses do mundo moderno, malgrado as diferentes formas de contestação ocorridas em várias partes. O reconhecimento do

3 O conceito de *campesíndio* é utilizado por intelectuais latino americanos ao tratar da presença de camponeses indígenas no restante do continente latino americano. Bartra (2008) é quem constrói o neologismo onde busca criar uma união entre a questão da classe e da etnia, ambas subalternizadas e exploradas, ou seja, o camponês que é indígena, o indígena que é camponês.

costume cujos pilares eram identificados em 1642 por Core – uso comum e posse imemorial – e por Carter, em 1696, em quatro pilares – antiguidade, constância, certeza e razão – eram recorrentes em vários países, na intenção de definir e posteriormente aprisionar o costumes nas leis nacionais. [...]

A propriedade fundiária se subordina cada vez mais aos contrários, ao assumir qualidade e funções do capital, e, ao mesmo tempo, e em seu nome, consagrava-se a propriedade individual, minando os direitos comuns e de uso das camadas mais baixas da população (MOTTA, 2012, p.72-73).

Os Estados construídos no continente, agora independentes, se forjam através de construções ainda mais restritivas para a questão da terra. Longe de afirmar que o período colonial era mais livre, o que ocorria é que devido à inoperância, à distância e aos conflitos havia diversas brechas no controle das colônias. Os Estados independentes buscavam de toda forma sanar tais brechas, criando legislações ainda mais repressivas e exploratórias. É o caso da terra, a qual antes, como Motta (2012) analisa, trazia diversos elementos ainda pré-capitalistas, os quais eram tolerados ou até mesmo legalizados, passando de maneira rápida a serem extirpados à força: assim, a propriedade privada tornou-se absoluta nas constituições dos Estados latino-americanos.

É neste ponto que Chonchol (1994) insere o Estado Oligárquico. Constrói-se uma “nova” elite no continente, de modo geral: uma elite livre para expropriar as terras de seu país, sem as travas que a elite metropolitana impunha (por interesse próprio), livre também para negociar seus produtos diretamente com potências em franca expansão econômica. Como já citado (CHONCHOL, 1994, p.117), é nesse período (1850-1930) que há uma expansão do latifúndio e da destruição de outras formas de sociedade como quilombos, aldeias, comunidades etc., com o objetivo central de ampliar a produção de matéria-prima para a Europa em pleno processo de industrialização.

As transformações nos territórios do continente são significativas, modernizando e inserindo ainda mais os países dentro do processo de troca global. Incluídas anteriormente na Divisão Internacional do Trabalho como colônias de suas metrópoles, agora os Estados Oligárquicos latino-americanos buscam a inserção nessa divisão como fontes de matérias-primas para os

países europeus em franco desenvolvimento de seu aparato produtivo através da industrialização. Associar-se aos capitais ingleses, franceses, prussianos, belgas, holandeses e, posteriormente, estadunidenses se torna o *modus operandi*, fazendo construir assim em todo o continente diversos complexos agroexportadores, os quais produzem transformações nas economias latino americanas, as quais, tomando por base Chonchol (1994), podemos traçar da seguinte maneira: I) mudanças de demanda interna e externa, com novos produtos de exportação ou melhoramento dos produtos a serem exportados, ou seja, a elite local desenvolve melhoramentos nos cultivos, trazendo novas raças de gado como no caso argentino (CHONCHOL, 1994, p.138), ou ainda, nas experimentações no cafezais colombianos (MONDRAGÓN, 2012); II) discrepâncias territoriais a partir da dualidade transporte – produção, o que ocasiona em porções territoriais que muito se desenvolvem (a região do café no Brasil, o pampa úmido na Argentina, o litoral peruano e o sul chileno, por exemplo) em detrimento de outras que empobrecem; III) as realocações territoriais, que os capitais estrangeiros acabam por fazer ao produzir elementos para seu benefício próprio, acabaram por criar o padrão social e territorial posterior do continente, ou seja, as inversões de capitais europeias na circulação da matéria-prima aqui produzida e/ou extraída acabaram por criar as condições para a futura classe operária urbana, que vai surgindo aos poucos em cidades que crescem como nós da rede de transporte das *commodities* para a indústria europeia, como é o caso de Buenos Aires, Rosário, São Paulo, Rio de Janeiro, Bogotá, Lima, Havana.

É justamente esse rearranjo social e territorial que leva o Estado Oligárquico ao seu colapso com o *crash* da bolsa de 1929. As contradições que este Estado produzia no seio de seu território precisaram de uma crise global para estourar e destruir (em partes) a estrutura colonizada que funcionava utilizando-se da natureza e do povo como combustíveis para o desenvolvimento das forças produtivas no exterior e para a acumulação de renda de alguns poucos nacionais, a elite oligárquica. Ou seja, é clara a associação de uma burguesia local com a classe dos proprietários fundiários, rentistas, e com a burguesia europeia – posteriormente, estadunidense – no processo de acumulação originária de capitais. Esse é o processo que Gonzalez Casanova (2006) chama de colonização interna, o qual entendemos

ser o mesmo já esmiuçado por Luxemburgo (1985) e Preobrazhensky (1965) ao versarem sobre o processo de acumulação existentes em colônias ou países em busca de desenvolvimento de suas forças produtivas e de aumento monetário de renda.

Com o colapso do Estado Oligárquico, no momento acima referido, temos um curto período histórico de sujeição dessas classes, a burguesia local comerciante e a classe dos latifundiários, para com uma nova e nascente burguesia nacional industrializante. Fomentada pelo Estado, tal classe buscou, durante sua preponderância como classe dirigente, realizar uma acumulação original de capital internamente, efetivando a transmutação da renda em capital de maneira igualmente interna, via indústria. Foi o período do, assim chamado, nacional-desenvolvimentismo, o qual durou no continente por um hiato que vai, *grosso modo*, do fim do Estado Oligárquico, com o crash de 1929; entra em crise nos anos 1970, com a modernização conservadora do campo, e se finaliza com a redemocratização. Gras e Hernández (2019) e Oliveira (2012) trazem os exemplos de Argentina e Brasil, nos quais houve, nesse período, uma tentativa de desarticular o processo colonizador que os capitais estrangeiros prospectavam paralelamente a circulação das matérias-primas extraídas nestes países. Contudo, destacamos que a classe dos latifundiários não foi, evidentemente, destruída, esteve somente sujeita aos interesses do capital industrial nacional, a qual contraditoriamente com a redemocratização ascendeu novamente ao poder dentro do Estado, agora modernizada, utilizando da alcunha de “agronegócio”.

Agronegócios, retomada colonial e expropriação: América Latina em foco

Com a globalização, o capital perde suas fronteiras. Enquanto a dívida pública, utilizada para fomentá-lo torna-se cada vez mais um problema nacional, o capital em si perde fronteiras, com os investimentos podendo ser retirados de um país a qualquer instante. São construídos assim, em escala global, novos arranjos de classe, os quais buscam de maneira incessante a ampliação de suas inversões. No continente latino-americano, há um

processo novo: a associação do capital estrangeiro, majoritário, comandando os investimentos e os saques, com o capital nacional, que precisa associar-se ao estrangeiro para não perecer.

Um conjunto de capitalistas brasileiros associou-se e/ou fundiram-se com capitalistas estrangeiros formando novas alianças de classe em nível mundial, de certo modo abandonando disputas entre empresas estrangeiras e nacionais. Trata-se, portanto, de um novo momento da história mundial, onde nacionais e estrangeiros fazem alianças de classe fazendo surgir quer dentro quer fora empresas mundiais. Elas estão onde a reprodução ampliada do capital possa se fazer. (OLIVEIRA, 2016, p.88).

Portanto, o processo de colonização indireta ocorre com uma associação ao capital nacional. Oliveira (2016), acima citada, traz o caso brasileiro, porém, podemos colocar que o mesmo se dá na Argentina (GRAS, HERNANDEZ, 2016), nos países Andinos (BETENCOURT, 2023), no México (GOMES, 2020) e noutros países latinos, em menor escala (BORRAS et al, 2012). Ou seja, para não perecer, as classes dominantes necessitam se submeter de maneira ainda mais intensa ao grande capital estrangeiro. Se concordamos que, durante o período nacional-desenvolvimentista, havia uma tentativa de produção autônoma, ou de uma “autocolonização” realizada por e a partir da elite local, com o Consenso de Washington isso se esvai, e há um retorno à posição ainda mais subalterna de ferramenta auxiliar da espoliação e expropriação de camponeses, indígenas e povos tradicionais do campo.

Agora, onde a burguesia nacional não conseguiu se associar ao capital estrangeiro, o domínio do capital especulativo advindo de fora é muito grande. Um exemplo disso são os *pools de siembra* (semeadura) na Argentina. Seu funcionamento se dá por e a partir de fundos de investimento, os quais realizam o arrendamento de terras no país e decidem o que, como, quando será cultivado. Toda a inversão de capital é estrangeira, toda a renda extraída com a venda das *commodities* ali plantadas também vai para as mãos dos estrangeiros. Fica para a Argentina, no caso, somente o montante pago no arrendamento, além da quantidade elevadíssima de

agrotóxicos utilizada (GRAS, HERNANDEZ, 2016), a destruição da natureza e das comunidades camponesas e a superexploração da mão-de-obra local (VILLULLA, 2021).

Como são controlados pelo mercado financeiro internacional, na primeira possibilidade de crise, existe a possibilidade de este não investir na plantação e retirar seus capitais do país, produzindo uma aliança das classes dominantes em escala global: o capitalista estrangeiro com o grande proprietário fundiário nacional, *grosso modo*, um retorno ao modelo do século XIX. Como aponta Marques (2008, p. 55-56):

A terra, dado seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. [...] De um lado, verifica-se a expropriação e queda do peso relativo da população rural no conjunto da população mundial, de outro, tem-se a sua adaptação e transformação, com emergência de novas formas de luta e de organização da vida e da produção no campo.

A transformação que o modo de produção capitalista passou com a ascensão do neoliberalismo produziu um retorno com alta intensidade à busca pelo domínio das terras em países periféricos. A terra não está nas mãos de estrangeiros na maioria das vezes, na América Latina, todavia, o destino da produção é o mercado externo na figura das *commodities*. Esta tendência se verifica em terras latino-americanas desde idos dos anos 1990, ou seja, após o Consenso de Washington.

Isso tudo nos leva a um nó da questão: a globalização. Temos então a noção de que há uma Questão Agrária latino-americana, que tem linhas gerais muito semelhantes.

Se profundiza la re-primarización de la economía, y su perfil neo-extractivista, lo cual, como sostiene Prada (2012) no beneficia a los países exportadores de materias primas, sino a las corporaciones de las finanzas, del mercado, de la producción tecnológica y del poder militar. Se trata de un modelo colonial y como tal, sostiene el proceso de acumulación de capital

mediante la explotación de los recursos naturales, el método de despojo, que no es otro que reiterar la acumulación originaria del capital. Produciendo nuevas formas de territorialización que acordando con Houtart (2008), permiten el control de la tierra por los grandes propietarios o empresas capitalistas. Reproducen el modelo de dependencia del Sur hacia al Norte. Son lugares privilegiados para el capital especulativo y finalmente dan una nueva legitimidad al capital (HOCSMAN, 2014, p. 59).

O que Hocsman nos indica acima, traz junto de si uma necessidade de análise. Primeiro, o caráter de um modo de produção cada vez mais rentista, ou seja, que cobra a mais-valia global pelo monopólio de algo, no caso a terra, é cada vez mais presente, e realiza sua expansão na periferia do mundo de modo violento e com as elites locais agindo como sócias minoritárias. Em segundo lugar, a reprimarização da economia dos países latinos, onde a produção de *commodities* torna-se norte, o Estado e boa parte dos investimentos se voltam ao cultivo de *commodities*, as quais são exportadas “cruas”, retornando, muitas vezes, a preços maiores, após terem passado por algum processo industrializante (como o caso do petróleo que retorna como combustível, a pasta de celulose que retorna já como papel, o ferro gusa voltando como aço ou ligas metálicas complexas etc.). O terceiro elemento é a expansão do capital sobre a terra, massacrando camponeses, desarticulando seus modos de vida e, contraditoriamente, fomentando sua consciência de classe.

Logo, para o capital, manter, criar e recriar o campesinato (em suas múltiplas formas) é uma forma de acumulação originária de capital, uma forma de manter sua fonte de capitais. Este é o lugar infligido à América Latina dentro do modo de produção capitalista. Isso sobre uma base exploradora mundializada, com uma classe de capitalistas e proprietários fundiários em coro uníssono em sua luta de classes frente ao campesinato e à classe assalariada urbana. Como traz Oliveira:

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em “qualquer lugar do mundo” onde as

possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como praticamente, única potência militar e econômica no mundo.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional. (OLIVEIRA, 2016, p.3).

Ocorrem, assim, dois processos no campo latino, como já citamos: a monopolização do território e a territorialização dos monopólios no campo. Ambos sob o aspecto mundializado das multinacionais. Os exemplos de Brasil e Argentina, neste processo, acabam sendo guias para o entendimento de um todo que se dá no continente.

No Brasil, o processo de territorialização dos monopólios ocorre principalmente nos setores sucroenergético e de madeira para celulose, nos quais há o controle tanto da propriedade privada quanto do processo produtivo nas mãos de uma só empresa ou pessoa (OLIVEIRA, 2016, p.8). Na Argentina, a territorialização dos monopólios ocorre principalmente no caso do agronegócio da soja no noroeste do país, nossa área de estudo, e no caso do algodão no pampa úmido, como nos apresenta Galafassi (2006).

A monopolização do território ocorre quando empresas multinacionais, sem produzir nada no campo, controlam e subordinam camponeses e capitalistas produtores no campo (OLIVEIRA, 2016, p. 10). Na Argentina, isso ocorre principalmente através da subordinação do gado criado em uso comum pelos camponeses em todo o país. Destaca-se que a produção de alimentos, como hortifrúti, sofre grande baixa no país desde os anos 1970, graças a um fomento estatal para a produção de gado para o campesinato.

Isso nos leva a compreender que vivemos num período em que há um Imperialismo Rentista. As características desse “novo” imperialismo, para Veltmeyer e Petras (2008, p.82), seriam a privatização, a desregulamentação, a liberalização financeira e comercial e a descentralização administrativa estatal. Tais processos reforçaram a concentração de terras e o próprio agronegócio, ainda segundo os autores. Todavia, é necessário refazer uma pontuação: esse imperialismo não é absolutamente novo, ele é somente a atualização de um processo histórico que o modo de produção realizou ainda no século XIX. Petras (2010) em outro escrito, apresenta que:

O Imperialismo toma muitas formas, mas busca objetivos similares: a conquista de mercados, a entrada de concorrentes (nas nações exploradas) e a proteção do mercado interno (no país imperialista). Os Estados Unidos têm elaborado um conjunto de barreiras comerciais com grande abrangência em áreas de importância estratégica: peças automotivas são limitadas por cotas de importação, assim como açúcar, produtos têxteis e aço. Uma multiplicidade de restrições não ortodoxas e acordos informais firmados com países exportadores para limitar a entrada de produtos nos mercados estadunidenses – todos os acordos negociados com base na relação Estado para Estado. Em muitos casos, ao lidar com regimes neocoloniais, como o Brasil sob Fernando Henrique Cardoso, os EUA rejeitam a reciprocidade, demandando e garantindo a liberalização da indústria de informação enquanto restringem as exportações de aço brasileiro, utilizando o falso pretexto de acusações *antidumping*. (PETRAS, 2017, p.141, tradução nossa)⁴.

As consequências disso tudo são uma intensificação do domínio do capital no campo (MARCOS, 2008, p. 192), através de suas faces mais distintas, como já elencamos. O velho caráter rentista de concentração de

4 Original: Imperialism takes many forms, but pursues similar goals: the conquest of markets, the penetration of competitors and the protection of home markets. The US has an elaborate set of trade barriers in a wide range of product areas of strategic importance: auto imports are limited by quotas, as are sugar, textiles, and steel. A multiplicity of non-traditional constraints and informal agreements limit export countries from entering US markets – all negotiated on a state-to-state basis. In many cases, in its dealings with neo-colonial regimes like Brazil under Cardoso, the US state rejects reciprocity, instead demanding and securing the liberalization of the information industry while restricting Brazilian steel exports, on the bogus pretext of ‘anti-dumping’ charges.

terras, de produção para exportação, de superexploração do trabalho assalariado e monocultivo, ainda segundo a autora (MARCOS, 2008, p. 197), são a linha seguida pelo agronegócio, sendo que este não passa de uma reatualização do passado.

Nosso ponto aqui é que, assim como a apresenta Marcos (2008, p. 201), a agricultura é o eixo das regras da economia global, não somente ponto crítico do comércio global, e mais: é a questão em que as medidas econômicas do capital, como o liberalismo, são postas em prática com maior rapidez e maior radicalismo. A desregulamentação do campo argentino de 1991, mostra esse radicalismo de modo claro: ações que perduravam desde 1930, para uma proteção do campesinato do país, foram destruídas em 1991, de uma hora para outra. O modo de produção capitalista está cada vez mais aprofundado no rentismo como caráter de sobrevivência, tendo o poder de monopólio de territórios, de práticas produtivas e de produtos, ganhando importância cada vez mais e tendo na acumulação originária uma maneira de produzir capital. Para tanto, a exploração e a subordinação do campesinato é cada vez mais forte.

Mas, este processo não passa incólume. Há uma resposta dos movimentos. Como Petras (2017, p.80) afirma, há uma guerra global de classes. Criam-se então como resposta novos movimentos de luta e contestação.

Resistências nos territórios agrários: luta por descolonização e pela vida

São diversos os processos de colonização indireta que se dão nos territórios camponeses e indígenas da América Latina, como pudemos ver até aqui, processos os quais transformaram, ao longo do tempo, o continente em uma plataforma de exploração de *commodities*, sejam elas do setor agropecuário ou do setor mineral. Dois elementos são centrais nessa ação que o capital realiza: primeiro, é sua ação se dar predominantemente em territórios rurais; segundo, é sua marca violenta e com objetivo final no estrangeiro, ou seja, na exportação. Contudo, evadindo-se de um fatalismo

estruturalista no qual a estrutura de exploração elimina tudo e todos de sua ação, é importante destacar que existem resistências a tal exploração, e o aferro a todo o procedimento de exploração é realizado por movimentos camponeses, indígenas, de povos originários e/ou tradicionais pelo continente. São estes movimentos que se busca aqui analisar.

Com base na resistência ao avanço do capital sobre o campo em escala global, surge uma organização de envergadura global, a Via Campesina (VC), no ano de 1993, em Mons, Bélgica, a partir de uma conferência que reuniu diversos movimentos camponeses do mundo, . Tal organização serve de “guarda-chuva” para uma gama enorme de movimentos do campo em escala mundial, não possuindo ela, em si mesma, uma estrutura de membros, ou seja, a VC existe por e a partir de sujeitos que são membros de outros movimentos.

Importante é pensar no próprio contexto de sua criação: o início dos anos 1990, a recém findada experiência do socialismo real na URSS, o colapso da Iugoslávia ainda acontecendo, o neoliberalismo sendo empurrado mundialmente como solução final e absoluta nas rodadas do Acordo de Geral de Tarifas e Comércio (GATT), além da propaganda do Consenso de Washington como única via possível de desenvolvimento e vida dos Estados e sociedades. Como Desmarais (2013) destaca ao longo de sua obra, a VC nasce num contexto de hegemonia do neoliberalismo e tem como objetivo central a luta justamente contra o neoliberalismo e a OMC, herdeira direta do GATT, nascida em 1995, como estandarte de defesa do modelo econômico privatizante.

Nesse ínterim, vemos diversos movimentos sociais do campo buscando resistir, questionar e combater as ações coloniais de pilhagem ocorridas em seus territórios, as quais se dão sob a égide do modelo de abertura econômica sem freios imposta aos Estados justamente pela OMC. Para melhor exemplificar as resistências, iremos focar nos casos argentinos, uma vez que o país passa, hoje, por uma das experiências mais intensas de colonização através da grande abertura auferida à força pelo governo de Javier Milei.

A Argentina surge exemplarmente no caso das lutas contra a hegemonia desse “novo” imperialismo, tanto que ali surgem os movimentos

camponeses justamente como produto desse avanço do capital. Primeiramente, o Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), em 1990, posteriormente, os outros. Destacamos que Barbetta (2012, p.6) mostra que é paralelamente à consolidação do agronegócio na Argentina que os movimentos camponeses se fortaleceram. Anteriormente, então, haveria uma aparente pax entre camponeses e proprietários de terra, em que os primeiros tinham sua renda sujeita aos segundos, através de pagamentos de arrendamento com produtos. Ocorria a subordinação camponesa e com o agronegócio isso se transforma em uma sujeição ainda maior da renda, via integração vertical às grandes cadeias pecuárias, seguido de um roubo de suas terras. É neste momento que os interesses se diferenciam ainda mais, então, há uma fratura mais brutal entre os sujeitos sociais que, a partir disso, se configuram em classes com consciência de si e em conflito deflagrado. O Movimiento Campesinato de Santiago del Estero (MOCASE) e o Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) se constroem no bojo dessas mudanças.

O MOCASE é tido como o nó central que articula e fomenta os outros movimentos camponeses que formam o MNCI. Foi fundado com o objetivo de defender a terra camponesa e de construir a identidade camponesa, sendo sua luta pautada na defesa da autonomia dos sindicatos e dos partidos frente ao Estado e na autogestão dos recursos por parte dos camponeses (DESALVO, 2009). Contudo, o movimento não nasce nos anos 1990 sem antes ter um longo histórico. Galafassi (2006) e Desalvo (2009, 2014) apontam que os movimentos camponeses do noroeste argentino, que vão confluir para a conformação do MOCASE, são herdeiros das chamadas Ligas Agrárias, movimento semelhante às Ligas Camponesas do Brasil.

Inspirados pela ação da Igreja Católica em suas alas mais à esquerda, em sua gênese, o movimento se constrói nos anos 1990 mais autônomo e com viés mais radical. Sua principal bandeira de luta é a da autonomia e autogestão territorial, ancoradas em uma construção ampla e classista. Ampla, uma vez que fomentou a criação e consolidação de outros movimentos camponeses na Argentina; classista, pois compreendeu que não é a identidade que rege os conflitos pela terra, mas sim a classe. Portanto, vemos nesta construção camponeses brancos, indígenas, mestiços, que produzem de maneiras totalmente diferenciadas, semiproletarizados ou não, integrados

a multinacionais ou autônomos. Entretanto, todos na defesa de seus territórios e de sua autonomia, na luta contra a fratura das famílias para com seu meio de produção (terra). É assim, então, que se constrói o MOCASE.

O Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) surge entre 2000 e 2001, no contexto da grave crise política e econômica que vivia a Argentina. Vítimas da miséria e da expulsão de suas terras (ROMANO, 2011) e alavancados com o choque liberal que leva à crise, diversas organizações camponesas se condensam em escala provincial.

En este contexto, surgieron las organizaciones campesinas en el norte y noroeste de Córdoba como un intento de contrarrestar los efectos devastadores del modelo neoliberal en el campo, que se evidencian en la expansión de la frontera agropecuaria y en la expulsión de las familias campesinas hacia los márgenes de las grandes ciudades. Ante esta serie de calamidades sociales y ambientales, las poblaciones campesinas del área pugnan por organizarse desde bases sociales distintas; reformulando procesos de resistencias desde abajo.

Estas organizaciones se han formado de manera sucesiva asentadas en seis puntos aglutinantes del espacio del noroeste provincial. En su conjunto conforman el MCC; una organización de tercer grado integrada por seis organizaciones zonales, que desarrollan trabajo territorial en cincuenta (50) Comunidades rurales. Las organizaciones que conforman el MCC articulan y aúnan esfuerzos en la búsqueda y exigencia del reconocimiento de derechos territoriales y a la soberanía alimentaria de las 1.200 familias. Integra a nivel nacional el Movimiento Nacional Campesino e Indígena, en adelante MNCI y a nivel internacional articula con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y con la Vía Campesina.

De manera formal se constituyen como: Asociación de Productores del Norte de Córdoba (APENOC), Unión Campesinos Organizados de las Sierras (UCOS), Organización de Campesinos Unidos del Norte de Córdoba (OCUNC), Unión Campesina del Noreste de Córdoba (UCAN), Unión de Campesinos de Traslasierra (UCATRAS), y Organización Zonal Cruz del Eje. (ROMANO, 2011, p. 52)

O processo histórico de constituição do movimento é o mesmo do MOCASE: remonta às décadas de 1950, 1960 e 1970, com forte influência de padres católicos ligados à teologia da libertação. O contato com ambos os movimentos no campo possibilitou a realização deste trabalho, além de auxiliar na compreensão da construção das lutas camponesas argentina. As lutas se deflagram há décadas no país, séculos na visão dos campesinos, porém, é da união destes dois movimentos e outros situados nas mais diversas províncias argentinas que se articula o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI).

O MCNI surge em 2003, em um ambiente político que lhe foi profícuo. Nestor Kirchner era presidente, e o que hoje é chamado de kirchnerismo estava ainda em seu início. Sendo O MCNI constituído através de movimentos provinciais, os quais são: *Movimiento Campesino del Corboba*, MCC (Córdoba); *Red Puna e Tierra Fértil* (Jujuy); *Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra*, UST (Mendoza e San Juan); *Coordinadora de Organizaciones de Trabajadores Rurales de Misiones*, COTRUM (Misiones); *Movimiento Nacional Campesino Indígena BsAs* (Província de Buenos Aires e Cidade Autônoma de Buenos Aires); *Mesa Campesina del Norte Neuquino*, MCNN (Neuquén); *Encuentro Calchaquí* (Salta) e o *Movimiento Campesino de Santiago del Estero — Vía Campesina*, MOCASE-VC (Santiago del Estero). Segundo o próprio movimento, seu objetivo central é a realização da chamada *Reforma Agrária Integral* e a obtenção da soberania alimentar através das organizações populares. Em seu portal na internet, enumeram mais especificamente suas propostas:

Lograr una reforma Agraria integral que abarque transformaciones económicas, políticas y culturales;

Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena;

Que el Estado garantice el acceso y la función social de la tierra. Eso se puede realizar redistribuyendo las tierras improductivas entre las familias que la necesitan;

Fortalecer las organizaciones y generar nuevas;

Que el Estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones populares como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas;

Formar docentes campesinos indígenas y barriales y tener una Universidad que revalorice y contemple los saberes populares (MCNI, 2017, s/p)

Já em uma cartilha do MNCI (2018), este se impõe como um movimento anti-imperialista e anticolonial, enumerando que o agronegócio do país e do continente é, de modo geral, ferramenta do grande capital. Isso, pois o domínio da produção de grãos está nas mãos de grandes corporações estrangeiras como Cargill, Bunge, Bayer, Glencore, Dreyfus e COFCO, que controlam cerca de 75% da produção de soja, milho e trigo em escala global, fornecendo sementes transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes, acabando por controlar toda a cadeia produtiva. Não há, portanto, nenhuma autonomia produtiva, ficando esta inteiramente nas mãos das referidas empresas, que na prática utilizam somente os territórios latino-americanos para sua produção, explorando a mão-de-obra e a natureza onde se inserem.

Posto Isso, é importante pensar que nem mesmo o ciclo de governos de esquerda e centro-esquerda, que dominou o continente ao longo dos anos 2001-2015, freou este avanço. Ao contrário, fomentou tal processo, que é nomeado por Svampa (2019) de ciclo Neoextrativista, uma vez que se insere no que também a autora marca como o Consenso das *Commodities*. O diferencial argentino é que, com a ascensão de Milei ao poder, esse ciclo perde as amarras que os governos mais à esquerda buscam ter: tentar retirar um pouco da renda extraída das explorações de *commodities* através de impostos para criar programas de redistribuição de renda. O que se tem agora no país é a exploração desenfreada dos recursos naturais.

As resistências no campo, em contrapartida, se intensificaram. O MNCI, por meio dos vários movimentos que o formam, acabou radicalizando suas propostas: se antes era uma luta pela reforma agrária integral, agora acrescido a essa bandeira, também se luta pelo domínio destes recursos naturais por parte dos camponeses que formam o movimento, ou seja, terra, minerais, vias de transporte, além de poder decisório do que/ como será produzido nos territórios. É possível ver isso tudo nas redes sociais do movimento, as quais tentam mostrar a diversidade de frações do campesinato argentino que compõem o movimento, assim como a ampla

trama de ataques que sofrem e que se intensificam de modo considerável desde a eleição da extrema direita em seu país. Seja nas *megaminerias*, seja no monocultivo de soja, trigo e milho, ou ainda, na expansão da pecuária extensiva em latifúndios, todos estes devastando a natureza e expropriando o campesinato que forma o MNCI, a bandeira de luta é pela autonomia.

A autonomia referida pelos camponeses argentinos ecoa no restante do continente. Através de sua conexão com a Via Campesina e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o MNCI apresenta o resgate de uma luta a qual havia perdido força nos últimos anos: pelo domínio dos territórios de maneira livre de interferências estatais. Buscando então se livrar do “novo – velho” imperialismo, do colonialismo interno das elites e da presença massiva do capital estrangeiro no campo argentino, a solução encontrada é a luta pela garantia territorial nas mãos camponesas, que poderiam fazer usufruto de seus territórios de vida, trabalho, cultura, e reprodução econômica e social por e a partir das demandas das próprias comunidades camponesas. É o anseio de se livrar das interferências do capital.

Considerações finais (iniciais?)

Um novo horizonte se abre para a América Latina. O novo-velho imperialismo busca intensificar a extração de renda dos territórios do continente. Sua motivação é a necessidade urgente de produzir capitais na circulação dos mesmos, especialmente após a crise de 2008, a qual destruiu uma quantidade gigantesca destes capitais nos países imperialistas. Para tanto, o processo da entrada de seus capitais nas áreas mais pobres do mundo ganhou novo impulso.

Esse impulso, hoje, é ainda mais sentido com o crescimento de forças políticas as quais defendem uma abertura total a tais inversões de capitais, focando, portanto, na ampliação da acumulação original de capitais. Porém, as resistências se avolumam. O campesinato, foco deste trabalho, articula-se em movimentos sociais que combatem, a partir de seus territórios, a colonização das terras e da natureza, rechaçando/confrontando/rejeitando, dessa forma, o processo do neoextrativismo que, por sua vez,

ganhou centralidade nos tempos atuais, como maneira de “salvar” o modo de produção de sua crise permanente.

As resistências ultrapassam os limites locais, nacionais, alcançando escala global, como é o caso da Via Campesina. Se a classe dos capitalistas igualmente fundiu seu capital, criando empresas pulverizadas globalmente em suas ações e em seus capitais, as transnacionais, a resistência ganha, ainda que em passos lentos, feições igualmente mundializadas, defendendo seus territórios de vida, trabalho e cultura.

Inspirados na concretude dos fatos, os quais mostraram que o Estado, independente do espectro político no qual o governo se dá, acaba por fomentar a colonização dos territórios camponeses, a luta agora se dá pela autonomia. Se entendemos que o Estado Oligárquico ficou em tempos pretéritos e que o período industrializante não modificou a expropriação e a sujeição das massas camponesas, é possível também compreender que foi a luta por sua resistência na terra que fez com que o campesinato latino-americano se desse conta da necessidade da autogestão de seus territórios de vida e trabalho. A luta por políticas públicas é ainda importante, contudo, se mostrou insuficiente e frágil, uma vez que o Estado pode cambiar de foco, passando de uma face de conciliador de classes para a de destruidor de subalternos de maneira muito rápida.

Portanto, o imperialismo em terras latino-americanas não acabou, assim como o processo de colonização dos territórios camponeses não se encerrou. Ao contrário, segue vigente e, nos últimos anos, com picos exploratórios colonizadores de intensidade muito grande, como nos casos de Bolsonaro no Brasil, Duque na Colômbia, Moreno no Equador, Piñera no Chile e, hoje, Milei na Argentina.

Referências Bibliográficas

BARBETTA, Pablo. *Aportes a la cuestión jurídica campesina en la Argentina del agronegocio*. Trabajo y Sociedad, núm. 22, p. 5-14 Universidad Nacional de Santiago del Estero, Santiago del Estero, Argentina, 2012.

- BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *Boletín de Antropología Americana*, n. 44, p. 5-24, 2008.
- Betancourt, Milson. *Colonialidad territorial y conflictividad: Disputas globales-locales en la Amazonía Andina (Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia)*. Bogotá: Desde Abajo. 2023
- BORRAS JR, Saturnino M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, 2012.
- CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, AA; AMADO, J.; GONZÁLEZ (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 395-420, 2006.
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrarios en América latina*. Fondo de Cultura económica, 1994.
- DESALVO, Agustina. *Historia del Movimiento Campesino. Santiago del Estero (MOCASE)*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- DESMARAIS, Annette Aurélie. *A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.
- GALAFASSI, Guido. *Conflicto Por La Tierra Y Movimientos Agrarios En El Nordeste Argentino En Los Años Setenta: La Unión De Ligas Campesinas Formoseñas*. Perfiles Latinoamericanos nº 26, p. 159-184 (FLACSO, México), 2006.
- GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. *Radiografía del nuevo campo argentino: del terrateniente al empresario transnacional*. Siglo XXI editores, 2019.
- HENRI, Lefebvre; DONALD, Nicholson-Smith. *The production of space*. Massachusetts: Blackwell, 1991.
- HOCSMAN, Luis Daniel. Cuestión agrária actual en perspectiva regional/global: bloque de poder agrário modernizado y complejo corporativo. *Contemporânea, Dossiê O Mundo Rural no Século XXI*. v. 4, n. 1 p. 43-60 Jan.–Jun. 2014
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARCOS, V.. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. Ied.São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARQUES, M. I. M.. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. Ied.São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2015.
- MARX, Karl. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. 2ª ed., 4ª Reimpressão. São Paulo, Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Edição: Friedrich Engels. Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- MNCI. *Nuestros Derechos: La Tierra*. Equipo Jurídico del Movimiento Nacional Campesino Indígena. Proyecto de Desarrollo de Pequeños Productores Agropecuarios – PROINDER – Tierra, Territorio y Derechos de los Pueblos Indígenas, Campesinos y Pequeños Productores de Salta – Chris van Dam, Salta, 2018.
- MONDRAGÓN, Héctor. Empresa colonial, ontologia e violência. *Agrária* (São Paulo. Online), n. 17, p. 6-41, 2012.
- MOTTA, Márcia. *Direito à Terra no Brasil. A gestão do conflito (1795-1824)* 2ª edição, São Paulo, Alameda, 2012.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 6. ed., 1ª reimpressão, São Paulo: EDUSP, 2005.
- OLIVEIRA, A. U.. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*, Bogotá. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica, 2012

- OLIVEIRA, A.U. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iândé Editorial, 2016. 545p. disponível em: <http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>
- PETRAS, James. Imperialism and Empire-building in the Twenty-first Century. In: *The New Development Politics*. Routledge, 2017. p. 1-16.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2021.
- QUAINI, Massimo. *A Construção da Geografia Humana*. Trad. Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro, 2ª Edição, Editora Paz e Terra, 1992.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, Otávio Gomes. Territorialidades Indígenas No México e a Experiência Do Povo Maseual de Cuetzalan (Puebla): Diálogos e Contribuições para as Lutas Indígenas no Brasil. *REVISTA NERA*, n. 54, p. 90-114, 2020
- ROMANO, Mariana. *Nosotros Siempre Fuimos Campo Abierto, Conflictos Territoriales, Derechos a La Tierra y Poder Judicial en el Norte de Córdoba*. Universidad Nacional de Córdoba, Centro de Estudios Avanzados Facultad de Ciencias Agropecuarias, Doctorado en Estudios Sociales Agrarios. 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 140-164.
- TEUBAL, Miguel. O Campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina. In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012
- VILLULLA, Juan Manuel. *Las cosechas son ajenas: historia de los trabajadores rurales detrás del agronegocio*. Editorial Cienflores, 2021.

RECEBIDO EM: 19/06/2024
APROVADO EM: 09/03/2025